

A EDUCAÇÃO SOCIAL E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM PESQUISAS: DEFINIÇÕES, INDEFINIÇÕES E PERSPECTIVAS

EDUCACIÓN SOCIAL Y FORMACIÓN DEL PROFESORADO EN INVESTIGACIONES: DEFINICIONES, INDEFINICIONES Y PERSPECTIVAS

SOCIAL EDUCATION AND TEACHER EDUCATION IN RESEARCH: DEFINITIONS, UNCERTAINTIES, AND PERSPECTIVES

Amanda de Mattos PEREIRA MANO¹
Deyvid Tenner de SOUZA RIZZO²

RESUMO: Este texto considera e discorre sobre a dificuldade em conceituar a educação social quanto aos seus agentes, seus espaços e objetivos, todavia, enfatiza sua principal contribuição: a formação educativa para a cidadania. Do mesmo modo, atribui-se à formação de professores a necessidade de preparar educadores sensíveis ao trabalho adjacente à educação social. Dito isso, empreendeu-se uma pesquisa qualitativa, do tipo estado da arte, buscando identificar as temáticas de pesquisas que se intitulam dentro da área de conhecimento da educação social e da formação de professores, visando identificar limites e possibilidades desse campo. Metodologicamente, as discussões neste texto apresentadas ancoraram-se na pesquisa bibliográfica exploratória, em artigos, dissertações e teses, com recorte temporal nos últimos cinco anos (2015-2019). Considera-se necessário potencializar a produção acadêmica no âmbito da educação social e formação de professores para nortear a preparação profissional com as diferentes realidades escolares e com os diversos espaços do aprender, não escolares.

PALAVRAS-CHAVE: Educação social. Formação de professores. Pedagogia social.

RESUMEN: *Este texto considera y discute la dificultad para conceptualizar la educación social en relación a sus agentes, sus espacios y objetivos, sin embargo, enfatiza su principal contribución: la formación educativa para la ciudadanía. Asimismo, la formación del profesorado se atribuye a la necesidad de preparar educadores sensibles al trabajo adyacente a la educación social. Dicho esto, se llevó a cabo una investigación cualitativa, de tipo estado del arte, buscando identificar los temas de investigación que están dentro del área de conocimiento de la educación social y de la formación del profesorado, para identificar los límites y posibilidades en este campo. Metodológicamente, las discusiones presentadas en este texto se basaron en la investigación bibliográfica exploratoria, artículos, disertaciones y tesis, con un marco temporal de los últimos cinco años (2015-2019). Se considera necesario*

¹ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Corumbá – MS – Brasil. Professora Adjunta no Programa de Pós-Graduação em Educação. Doutorado em Educação (UNESP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2924-583X>. E-mail: amanda.mano@ufms.br

² Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Corumbá – MS – Brasil. Professor adjunto do Curso de Educação Física e Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação. Doutorado em Ciências do Desporto (UTDA) – Portugal. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9622-9816>. E-mail: deyvidrizzo1@gmail.com

mejorar la producción académica dentro de la educación social y de la formación del profesorado para guiar la preparación profesional con diferentes realidades escolares y con varios espacios de aprendizaje, no escolares.

PALABRAS CLAVE: *Educación social. Formación del profesorado. Pedagogía social.*

ABSTRACT: *This text considers and discusses the difficulty in conceptualizing social education regarding its agents, spaces, and objectives, however it emphasizes its main contribution: educational formation for citizenship. Likewise, teacher formation is attributed to the need to prepare educators who are sensitive to work by social education. That said, a qualitative state-of-the-art research was undertaken, seeking to identify the research themes that are entitled within the area of social education knowledge and teacher training, aiming to identify limits and possibilities in this field. Methodologically, discussions presented in this text were anchored in exploratory bibliographic research, in articles, dissertations, and theses, with a time frame in the last five years (2015-2019). It is considered necessary to enhance academic production within the scope of social education and teacher formation to guide professional preparation with different school realities and sundry non-scholar learning spaces.*

KEYWORDS: *Social education. Teacher education. Social pedagogy.*

Introdução

A educação pode ser declarada como um ato social, em uma compreensão de que a ação de educar emerge da sociedade, por ela é legitimada e para ela é direcionada. Entretanto, muitos questionamentos são incitados a partir dessas afirmações, os quais podem se voltar para o papel da escola e da própria educação escolar, haja vista que, não incomum, este tipo de educação acentua as desigualdades sociais.

São várias as razões para a educação escolar caminhar para um cenário de exclusão, tais como: distribuição de renda, habitação, falta de acesso à cultura, educação, lazer etc., ou seja, basta olhar atentamente para as construções históricas e socioculturais. No entanto, a perspectiva que se defende nestas linhas é de que toda educação pode ser social e inclusiva (GADOTTI, 2012; PASSONE, 2017), à medida que é pensada, direcionada e executada para a formação cidadã.

Assim, neste artigo busca-se situar a Educação Social e a formação de professores, a partir da compreensão de que somente com uma formação sensível às questões sociais dá-se um trabalho interventivo no bojo da Educação Social.

Importante situar que educação empreendida no âmbito das escolas, com conteúdos e objetivos definidos para cada ano, progressivamente, é denominada de educação formal

(GOHN, 2006). Nesse âmbito, os professores acabam por conduzir o processo de ensino-aprendizagem nesses espaços formalizados do educar, alinhados aos escritos nos documentos que norteiam a educação e somados às suas concepções sobre o aprender e o ensinar.

Com algumas variações atreladas à organização do trabalho pedagógico e/ou à compreensão de gestão escolar, espera-se que na escola exista a sistematização intencional de conhecimentos. Pondera-se, portanto, que a educação formal – de responsabilidade das instituições escolares e de seus agentes – prepare o ser humano para seu desenvolvimento e atuação na sociedade.

Todavia, há de se considerar que são diversos os espaços do aprender. Dessa maneira, a educação apresenta-se não apenas institucionalizada e formalizada, mas também nas esferas não formal e informal (GOHN, 2006).

A educação não formal pode ser compreendida como aquela que se desenvolve no compartilhamento de experiências em espaços do cotidiano, nas trocas coletivas, sem estar vinculada, via de regra, às instituições escolares. Gohn (2006) explana que não são apenas quaisquer locais, trata-se, em realidade, daqueles nos quais existem processos interativos intencionais sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais, assim, “a transmissão de informação e formação política e sociocultural é uma meta na educação não formal” (GOHN, 2006, p. 30).

Gadotti (2012) explana que educação não formal deveria ser entendida pela sua especificidade e não por sua oposição à educação formal ou informal, isto é, por meio da compreensão de que o conceito de educação ultrapassa os limites da Instituição e engloba as experiências de vida e os processos de aprendizagem, os quais, certamente, ultrapassam os processos educativos formais.

Dito isso, não menos importante na discussão das tipologias educativas, encontra-se a educação informal, na qual os sujeitos aprendem durante a socialização que lhes é permitida, junto à família, grupo de amigos, instituições religiosas e demais momentos sociais de sua vivência. Para Gohn (2006, p. 29), ela “opera em ambientes espontâneos, onde as relações sociais se desenvolvem segundo gostos, preferências, ou pertencimentos herdados”.

Nota-se que na tentativa de demarcar aspectos da educação formal, não formal e informal, considera-se que a educação, por excelência, também acontece fora da escola. Assim, é possível entender esses diferentes espaços de aprendizagem como uma continuidade, na qual cada situação particular se posiciona com suas características próprias, mas não deixam de ser espaços do aprender (MARQUES; FREITAS, 2017).

Ocorre que, muitas vezes, a educação não formal, por estar atrelada aos processos de formação para a cidadania e de aprendizagem dos conteúdos escolares em ambientes diferenciados, acaba por ser associada à Educação Social, à educação popular e à educação comunitária (GOHN, 2014). Porém, elas não devem ser vistas como sinônimos, principalmente, em relação à ideia reducionista de Educação Social que se propõe a olhar, apenas, para os grupos excluídos (GOHN, 2006).

Nesse sentido, nos somamos à posição de Souza e Catani (2016), ao afirmarem que a educação escolar e a Educação Social são os dois modelos de educação que vigoram em nosso país, porém, defendemos a integração dessas formas de educação, em prol de minimizar o cenário educativo e social excludente. As práticas escolares precisam ser profundamente alteradas, buscando, de fato, uma formação cidadã – na coexistência entre o escolar e o social. Mais uma vez, reafirma-se que a Educação Social deve perpassar a continuidade dos espaços educativos, sejam eles formais, não formais ou informais – escolares ou não escolares.

Em específico sobre a formação dos educadores que atuarão nos espaços de educação formal e não formal, questiona-se: a preparação profissional desses educadores tem permitido reflexões sensíveis à Educação Social? E se isso tem acontecido, qual a perspectiva de Educação Social que permeia tal formação? Será ela de caráter assistencialista às minorias? Ou ela vem se aproximando do que é pontuado neste texto, mais próxima à compreensão de que a Educação Social é uma necessidade humana?

A partir do exposto encaminha-se este estudo, problematizando o conceito de Educação Social e pontuando a necessidade de uma formação de professores sensível a esta concepção de educação, por meio da discussão de uma pesquisa do tipo estado da arte (2015-2019) da interface entre Educação Social e formação de professores.

Educação Social: em busca de definições

Assim como afirmado em Ribeiro (2006), parece redundante que o conceito de educação venha acompanhado do adjetivo social, haja vista que, em seu íntimo, não poderíamos dizer que toda educação é social? Ou, ainda, é possível ter uma educação não social?

A esse respeito, Gadotti (2012) também sinaliza que, em princípio, toda a educação é ou pelo menos deveria ser social, por não ser possível desvincular a educação da sociedade, da comunidade e do contexto familiar, social e político.

Ocorre que dentro da problemática histórica, filosófica e epistemológica da educação, alerta-se que nem sempre ela está a serviço de todos. Assim, vemos ao longo da história da educação a exclusão de mulheres, de negros, de pobres, de povos do campo, entre tantos outros grupos que vivenciam condições de vulnerabilidade frente à organização social vigente.

Nessas condições, conforme Ribeiro (2006), a Educação Social atrela-se de forma íntima ao conceito de exclusão porque, a partir dela, torna-se imperativo pensar em qual educação é oferecida aos excluídos e, ainda, se a formação que os professores hoje experienciam ou preparam é suficiente para intervir junto àqueles que vivenciam a exclusão.

Em face desses questionamentos, o adjetivo social à educação se justifica na medida em que a Educação Social volta seu olhar para a compreensão crítica do fenômeno da exclusão e de como a educação pode ser, em sua essência, para todos. Exige sobremaneira que a educação contemple a historicidade e a experiência de vida de sujeitos distintos, com necessidades igualmente distintas.

Fato é que as práticas sociais quase sempre legitimaram a opressão, o controle e a estratificação social dos diferentes e das classes populares. Da mesma maneira, as práticas educacionais acabam por propagar uma trama social de relações que perpetuam a estigmatização e discriminação social em relação à diversidade sociocultural (PASSONE, 2017).

Entretanto, assinala-se que o contrário da exclusão é a inclusão. Assim, uma educação inclusiva “que, por sua vez, se caracterizaria como um conjunto de ações globais” (VOLTOLINI, 2019, p. 05), ainda que aqui este conceito seja abordado de maneira superficial, pode ser entendida no âmago da Educação Social, que visa incluir todas as pessoas que se encontram às margens da sociedade. Vale sublinhar ainda que, embora a educação inclusiva possa ser o melhor caminho para uma educação essencialmente social, é preciso problematizar que ela tem uma perspectiva assistencialista, ao passo que integra os excluídos em um mesmo sistema que os exclui (RIBEIRO, 2006).

Em realidade, o processo de democratização da educação e do sistema de ensino, em nosso país, acaba por exigir dos profissionais de educação o reconhecimento da heterogeneidade e pluralidade humana e, com isso, a necessidade de igualdade de direitos e de justiça social. Isso se revela em ações afirmativas desenvolvidas, em espaços formais e não formais de educação, em relação aos grupos socioculturais que foram injustiçados e marginalizados ao longo do tempo (PASSONE, 2017).

Para tanto, os educadores precisam estar preparados para intervir junto a essas imprescindíveis questões. Por um lado, existe o imperativo de atendimento aos grupos excluídos da educação tal qual ao longo dos tempos ela se organiza, por outro não é possível desconsiderar as necessidades de aprendizagem, cognitivas e afetivas, inerentes aos seres humanos. É nesse ponto que se justifica uma Educação Social para todos em detrimento de uma educação que se preocupe tão somente com o depósito descontextualizado de conteúdos e/ou a preparação puramente tecnicista para o mercado de trabalho.

Somente na clareza dessa concepção de educação é que se compreende a Educação Social, uma educação notoriamente marcada pelo contexto e pelas necessidades de sujeitos históricos e sociais. Reitera-se que hoje a educação formal ainda perpetua a transmissão passiva de conteúdos e as relações de heteronomia e de respeito unilateral. Certamente, essas ações não cabem no que se almeja com a Educação Social.

Vivemos uma confusão em relação ao sentido e às finalidades educativas, que em realidade só revelam uma crise mais ampla da sociedade e cujos efeitos regem a política, os sistemas de ensino, a organização do trabalho pedagógico, a relação entre os sujeitos, a relação do aluno e do professor com o próprio saber (PASSONE, 2017). Acrescentamos a este cenário a crise que também se releva nas formações de professores em nosso país, intencionalmente colocada no plural, objetivando acentuar os impasses dessas formações. Todas essas pontuações acabam por trazer à tona uma educação distante da realidade histórica e sociocultural da maioria de nossas crianças, adolescentes e jovens.

Nesse âmbito, existe a emergência de compreensão de que a prática educativa deve contemplar uma prática social, ocorrendo em diferentes espaços na sociedade e de várias maneiras. Faz-se importante esclarecer que a partir desta perspectiva, a prática educativa se desvincula de um caráter reducionista de ligar-se apenas aos processos de ensino e de aprendizagem, mas passa a ocupar lugar de prática social, com tempos, espaços e intervenções distintas.

Para denunciar e justificar um trabalho educacional diferenciado e que contemple tais necessidades históricas e socioculturais surge a educação popular, a Educação Social e a educação comunitária (GADOTTI, 2012), as quais se situam no âmago do democrático e popular, de modo que cada uma no seu campo próprio de atuação contribui, portanto, para com a mesma causa.

Essas educações não têm como sujeitos apenas os mais empobrecidos e marginalizados, mas todos que de alguma forma se identificam com a diversidade. Não se trata, conforme já dito, de atender a determinados grupos de maneira assistencial, por meio de

projetos ou de instituições que atuam pontualmente, entretanto, da proposição e execução de práticas deliberadas e reflexivas que permitam a transformação da sociedade.

Porém, para que as ações interventivas aconteçam significativamente, não cabe apenas sensibilizar-se com essas questões e boa vontade (GADOTTI, 2012). Avança-se, então, na consideração de uma formação reflexiva para a atuação junto à Educação Social.

Pedagogia Social e formação de educadores: todos os professores deveriam ser educadores sociais?

O questionamento inicial declarado: “todos os professores deveriam ser educadores sociais”, advém da defesa de uma Educação Social para todos, no reconhecimento da diversidade e das necessidades humanas. Gomes (2007) ressalta que, ainda sendo a diversidade natural ao processo de humanização, alguns modos de vida são vistos como melhores, gerando estranheza e até mesmo rejeição em relação ao diferente.

Para isso, entende-se que a formação inicial de professores, em nosso país, exclusiva das licenciaturas, carece de um olhar e uma sistematização sensível a Educação Social. Isso implica em discussões ao longo da formação que abarquem o trabalho educativo com a diversidade, logo, associando-se à pluralidade. E, seguindo a afirmação de Ujjiie, Natali e Machado (2009, p. 118), “a ação educativa não pode, nem deve simplesmente servir ao ideal neoliberal e capitalista, mas orientar-se para o desenvolvimento humano em sua plenitude”.

Essas problematizações adentram a perspectiva da Pedagogia Social, com discussões recentes em nosso país, mais fortemente empreendidas a partir dos anos 2000, tanto como área de produção acadêmica quanto de constituição de um campo profissional (GADOTTI, 2012).

A Pedagogia Social emerge como uma teoria geral da Educação Social, sendo seu objeto de conhecimento a relação da educação com a sociedade. Dessa forma, a Pedagogia Social torna-se distinta das demais teorias e disciplinas pedagógicas por tratar das problemáticas sociais sob o viés educativo, promovendo reflexões que problematizam o sentido da formação e da prática pedagógica, expandindo as dimensões da educação para além do aspecto técnico, instrucional e escolar (MACHADO; RODRIGUES; SEVERO, 2014).

Na perspectiva da Pedagogia Social, a Educação Social ocupa todos os espaços e tempos de aprendizagem, dito isso, ela pode ser tanto escolar como não escolar. Entretanto, pelo percurso histórico e social da Pedagogia e Educação Social em nosso país (GADOTTI,

2012; MACHADO; RODRIGUES; SEVERO, 2014), o campo de atuação da Educação Social tem sido majoritariamente não escolar.

Isso diz respeito ao lugar que a Educação Social tem ocupado no Brasil, bem como com a formação que recebem aqueles que se dedicam a ela. Observa-se que, por ocupar espaços não escolares, são abrangidos projetos de grupos variados, tais como o trabalho de ONGs, de organizações sem fins lucrativos, de ações em contraturno escolar, entre tantas outras que acabam por assumir, em situações estanques, a sistematização de um trabalho com os mais vulneráveis.

Assim, enquanto a profissionalização do professor tem uma formação regulamentada, não existe em nosso país, ainda, regulamentação para o educador social. Aqueles que nela atuam podem, portanto, ter uma formação superior em qualquer curso ou simplesmente não ter formação.

O educador social precisa ter uma visão da totalidade, em seus campos holísticos, heurísticos e interdisciplinar, alinhado à competência científica e técnica para compreender a realidade juntamente com os educandos (GRACIANE, 2014). Essas qualificações sugerem a necessidade de uma formação específica para atuação – o que vem sendo campo de luta de educadores e educadoras sociais, em consonância com estudiosos da área. Somamo-nos a essas lutas, sobretudo, pela consolidação de um campo acadêmico, de pesquisa e de atuação profissional.

Para além da formação e da regulamentação da profissão de educador social, coloca-se como um desafio a formação de todos os educadores perpassando por questões da Educação Social. Quando defendemos neste texto uma educação sensível a essa educação, afirma-se a necessidade de a formação inicial de professores abranger reflexões sistematizadas e coerentes com as necessidades educativas de sujeitos sociais.

Souza e Catani (2014, p. 63) apresentam a possibilidade de integração entre educação escolar e Educação Social, especialmente, no “estabelecimento do diálogo nas diferenças, no exercício da tolerância e na construção de uma sociedade que atenda aos anseios da coletividade”. As consequências dessa organização rumam à formação integral e à construção cidadã.

Compreende-se que a atual estruturação da Pedagogia Social na realidade brasileira coloca-se como subárea da Pedagogia e, desta forma, restrita à formação do Pedagogo. Mesmo que presente na formação desse profissional tem-se que a Pedagogia Social “não constitui uma especialidade inscrita no seu âmbito” (MACHADO; RODRIGUES; SEVERO

p. 14), pois há uma fragilidade em aportes teóricos de críticas e proposições da realidade social brasileira.

Dito isso, ao retomar o questionamento inicial proposto, defende-se que todos os educadores devem preparar-se para atuar em diferentes cenários e condições sociais, isto é, formar-se profissionalmente, para o trabalho pedagógico sensível às demandas sociais da escola e de seus sujeitos. Nesta direção, encaminha-se a investigação empírica a respeito da interface Educação Social e formação de professores no Brasil.

Aspectos metodológicos

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo bibliográfico e, por utilizar procedimentos de caráter inventariante e descritivo esta metodologia pode ser caracterizada como pesquisa do estado do conhecimento ou estado da arte (FERREIRA, 2002).

A investigação foi realizada por meio de pesquisa nas bases de dados eletrônicas: Portal de Periódicos CAPES/MEC, Catálogo de Teses e Dissertações CAPES, *Scientific Electronic Library Online – SciELO* e GT 08 da ANPED, no período de busca de 2015 a 2019. Como estratégias de busca, utilizaram-se os seguintes descritores e palavras-chave em português, espanhol e inglês: “Educação”, “Social”, “Formação”, “Professores”. Também houve a combinação desses termos e descritores por meio do operador lógico AND: “educação social” (professores (14 527 estudos); “formação de professores” (15041 estudos); educação social “And” formação de estudos). Como critério de inclusão instituiu-se artigos, Dissertações e Teses publicados no período de 2015 a 2019.

Para o processo de seleção, nas análises e na discussão dos artigos, procurou-se responder aos seguintes questionamentos: quais as características dos artigos quanto ao ano e autor? Qual o objetivo do estudo? Qual a metodologia adotada? Quais os locais onde foram desenvolvidas as pesquisas? Qual o número e principais características dos sujeitos dos estudos selecionados? E por último, quais os principais resultados alcançados?

Dado o objeto de discussão deste artigo foram definidos como critérios para seleção apenas os estudos que investigaram os efeitos Educação Social na formação de professores. Primeiramente, para identificar se os estudos atendiam aos critérios de inclusão, foi realizada uma análise ancorada nos títulos dos artigos selecionados. Em seguida, dois revisores independentes fizeram uma triagem de todo material por meio da leitura dos respectivos títulos e resumos, adotando-se os critérios de inclusão citados anteriormente. Quando existiu discordância quanto à permanência ou não de determinado estudo, um terceiro revisor foi

consultado. Em seguida, os artigos remanescentes foram acessados na íntegra para avaliação, e os artigos que não tiveram consenso quanto aos critérios de inclusão, foram analisados por um terceiro revisor.

Após a exclusão dos estudos duplicados por meio do processo de refinamento, que foram lidos e examinados criteriosamente, classificando-os e agrupando-os, adotando um protocolo de organização segundo as categorias temáticas, quanto ao tipo de estudo e as características descritas nas pesquisas no tocante à Educação Social na formação de professores, foram selecionados 5 estudos que atendiam aos critérios de inclusão estabelecidos e compuseram a amostra dessa investigação.

Resultados e discussões

Conforme anunciado, os resultados apresentados a seguir buscaram identificar as investigações com temáticas de pesquisas dentro da área de conhecimento da Educação Social e da formação de professores.

O Quadro 1 apresenta o mapeamento documental das fontes de dados separadamente a partir da utilização dos descritores:

Quadro 1 – Classificação das pesquisas

Portal de Periódicos CAPES/MEC		
Descritores	Quantidade	Selecionados
Educação Social	128	1
Formação de Professores	7093	1
Educação Social “And” Formação de Professores	12	0
Total	7233	2
Catálogo de Teses e Dissertações CAPES		
Descritores	Quantidade	Selecionados
Educação Social	87	1
Formação de Professores	5828	1
Educação Social “And” Formação de Professores	0	0
Total	5915	2
SciELO		
Descritores	Quantidade	Selecionados
Educação Social	39	1
Formação de Professores	1671	0
Educação Social “And” Formação de Professores	0	0
Total	1710	1
GT 08 da ANPEd		
Descritores	Quantidade	Selecionados
Educação Social	73	0
Formação de Professores	449	0
Educação Social “And”	2	0

Formação de Professores		
Total	524	0

Fonte: Dados organizados pelos autores

Chama atenção que são numerosos os estudos relacionados à grande área de formação de professores, seguido de um quantitativo menos expressivo de publicações relacionadas à Educação Social. Este fato coloca a Educação Social como uma área expoente de estudos e pesquisas. Por outro lado, a interface de interesse desta pesquisa, a Educação Social e a formação de professores, apresentou estudos escassos, revelando as possibilidades da área.

O Quadro 2 demonstra de forma resumida algumas características dos estudos selecionados a partir do título, autoria, tipo de pesquisa e ano da produção. Destaca-se que no GT 08 da ANPEd não foi identificado nenhum estudo com temáticas de pesquisa dentro da área de conhecimento da Educação Social na formação de professores.

Quadro 2 – Características das pesquisas

Portal de Periódicos CAPES/MEC			
Título	Autor(es)	Tipo	Ano
Educação Social: quando o passado é desafio presente na formação docente	Eric Ferdinando Kanai Passone	Artigo	2017
Pedagogia social e juventude em exclusão: compreensões necessárias à formação de professores	Andreza Maria do Nascimento Tavares	Artigo	2015
Catálogo de Teses e Dissertações CAPES			
Título	Autor(es)	Tipo	Ano
Formação profissional na Educação Social: subsídios a partir de experiências de educadores sociais latino americanos	Paula Marçal Natali	Tese	2016
Educação Social e escolar, além da luta pela terra: o quilombo do Sítio Velho, Piauí	Ariosto Moura da Silva	Tese	2017
SciELO			
Título	Autor(es)	Tipo	Ano
Innovando el Practicum en educación social: experiencia de trabajo colaborativo a partir de sus protagonistas	María-Begoña Ordeñana-García, Leire Darretxe-Urrutxi y Nekane Beloki-Arizti	Artigo	2016

Fonte: Dados organizados pelos autores

O artigo de Passone (2017), publicado no periódico Cadernos de Pesquisa/São Paulo, propõe uma reflexão acerca da relação entre a Psicanálise e a Educação enquanto campo de saber no contexto da Educação Social. A partir de um estudo de revisão, ressalta que o saber subjetivo implicado com o ato educativo e os laços sociais produzidos no cotidiano escolar são dimensões estruturantes à prática e à formação do profissional da educação, e proporciona um caminho aberto para refletirmos a implicação do sujeito na formação e profissão docente.

Tavares (2015) publicou um texto em formato de artigo na Revista HOLOS (IFRN) abordando a problemática da atuação do professor na perspectiva da Pedagogia Social, no qual busca compreender o sentido da Pedagogia Social enquanto campo de reflexões de política de formação docente e de práxis que ampliem as possibilidades da prática Educação Social. Dessarte, com uma revisão bibliográfica e pesquisa documental ressalta o valor da possibilidade da Pedagogia Social enquanto tentativa de se constituir num espaço legítimo de atuação do professor.

Com a tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Maringá, Natali (2016) investiga sistematizações teóricas e manifestações de educadores sociais a respeito da formação profissional na Educação Social; destaca que a pesquisa referente a livros publicados sobre a formação de educadores sociais evidenciou-se ínfima e salienta que se ponderarmos a respeito da formação de educadores sociais, teremos um distanciamento considerável em números e tempo de produção em relação às reflexões sobre a formação de professores para a escola.

Do mesmo modo, Silva (2017) buscou investigar como as políticas educacionais baseadas nos elementos raciais contribuem para a compreensão dos processos de Educação Social numa tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí. O pesquisador levanta críticas, compartilhando a ideia de que não é um exagero afirmar que alguns programas de formação de professores ainda estão imbuídos da ideia de preparar intelectuais que atuem a serviço dos interesses do Estado e cuja função social seja primordialmente manter e legitimar o *status quo* de grupos dominantes.

Ordeñana-García, Darretxe-Urrutxi e Beloki-Ariziti (2016), no artigo publicado na Revista Iberoamericana de Educación Superior, apresentam os resultados de quatro anos de trabalho colaborativo entre professores de universidades e profissionais de entidades socioeducativas para a formação do *Practicum* de estudantes da graduação. As autoras destacam a importância das práticas acadêmicas externas, ou seja, o *Practicum* – que se constituiu em uma atividade de treinamento supervisionado de grande potencial à Educação Social, tendo em vista sua complexidade, porque a sua própria realidade profissional também é complexa e implica em atividades interinstitucionais e interdepartamentais.

As pesquisas apresentadas consolidam a defesa de que todos os professores devem em sua formação inteirar-se das discussões da educação enquanto Educação Social. Os achados apresentados pontuam a subjetividade dos sujeitos e a necessidade de olhar para esses particulares, com isso, dar-se-á a proposição de formação de educadores sensíveis à Educação Social, em detrimento de uma formação pragmática e conteudista.

Dessa maneira, a formação de professores precisa avançar para além dos muros universitários, em análise e reflexão críticas a outras realidades, escolares ou não, modos de vida e de produção de aprendizagens. Essa perspectiva acaba, portanto, legitimando a Pedagogia Social como um espaço de atuação de professores.

Neste cenário, é preciso encarar a educação como possibilidade de transformação social; somente neste particular, assume-se e encaminha-se uma formação de professores que igualmente se reconhecem como agentes de mudança social.

Considerações finais

As dificuldades de situar a Educação Social como campo legítimo inerente à formação de professores encaminharam as discussões deste texto. A este respeito, considera-se que todos os educadores devem em sua formação reconhecer a finalidade maior da educação no respeito às diversidades e necessidades educativas, históricas e sociais. Para tanto, sua formação deve abarcar a Educação Social como norteadora de sua preparação profissional.

A nosso ver, não se trata do simples acréscimo de uma disciplina obrigatória ou optativa nos distintos cursos de licenciaturas, contabilizando horas de formação pedagógica, mas de uma vivência, seguida do debate e da reflexão em diversos momentos da formação. Não vemos isso de outro modo, senão da aproximação da universidade com as diferentes realidades escolares e com os diversos espaços do aprender, não escolares.

As potencialidades deste estudo encaminham para a busca e partilha de práticas formativas que trazem a cabo esse pressuposto. A nossa busca identificou que temáticas de pesquisas dentro da área de conhecimento da Educação Social na formação de professores são escassas no Brasil. Daí a importância do relevo de temáticas que desmistifiquem a performance da Educação Social na formação de professores, de modo consequente, questionante e interventiva.

O estudo empreendido revelou as potencialidades de produção no âmbito da Educação Social e formação de professores, sobretudo pela escassez de produções, e suscita o encaminhamento de novas pesquisas que concorram para a defesa da formação de educadores na perspectiva da Educação Social. Então, encorajamos de forma crítica e evolutiva a valorização integrada da diversidade no contexto da Educação Social na formação de professores, não apenas como uma emergência investigativa, mas como nova possibilidade significativa para futuras mudanças tangíveis na sociedade em geral.

REFERÊNCIAS

- FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, São Paulo, ano XXIII, n. 79, ago. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2020.
- GADOTTI, M. Educação popular, educação social, educação comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. **Revista Diálogos**, Cuiabá, v. 18, n. 1, p. 10-32, 2012. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/view/3909/2386>. Acesso em: 13 maio 2020.
- GOHN, M. G. Educação não formal, aprendizagens e saberes em processos participativos. **Investigar em Educação**, Lisboa, II série, n. 1, p. 35-50, 2014. Disponível em: <http://pages.ie.uminho.pt/inved/index.php/ie/article/view/4>. Acesso em: 15 maio 2020.
- GOHN, M. G. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: aval. pol. públi. Edu.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf>. Acesso em: 13 maio 2020.
- GOMES, N. L. Diversidade e currículo. *In*: BEAUCHAMP, J.; PAGEL, D. S.; NASCIMENTO, A. R. N (Org.). **Indagações sobre currículo: diversidade e currículo**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.
- GRACIANI, M. S. S. **Pedagogia social**. São Paulo: Cortez, 2014.
- MACHADO, É. R.; RODRIGUES, M. F.; SEVERO, J. L. R. L. Pedagogia, Pedagogia Social e Educação Social no Brasil: entrecruzamentos, tensões e possibilidades. **Interfaces Científicas - Educação**, Aracaju, v. 3, n. 1, p. 11-20, out. 2014. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/educacao/article/view/1635>. Acesso em: 13 maio 2020.
- MARQUES, J. B. V.; FREITAS, D. D. Fatores de caracterização da educação não-formal uma revisão de literatura. **Educ. e Pesqui.**, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 1087-1110, out./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v43n4/1517-9702-ep-S1517-9702201701151678.pdf>. Acesso em: 05 maio 2020.
- NATALI, P. M. **Formação profissional na educação social: subsídios a partir de experiências de educadores sociais latino americanos**. 2016. 243 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/teses/2016/2016%20-%20Paula%20Natali.pdf>. Acesso em 13 maio 2020.
- ORDEÑANA GARCÍA, M. B.; DARRETXE URRUTXI, L.; BELOKI ARIZTI, N. Innovando el Practicum en educación social: experiencia de trabajo colaborativo a partir de sus protagonistas. **Revista Iberoamericana de Educación Superior**, v. 7, n. 20, p. 114-134, 2016. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2007-28722016000300114. Acesso em: 13 maio 2020.

PASSONE, E. F. K. Educação social: quando o passado é desafio presente na formação docente. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 47, n. 164, p. 688-714, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742017000200014. Acesso em: 13 maio 2020.

RIBEIRO, M. Exclusão e educação social: conceitos em superfície e fundo. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 155-178, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a09v27n94.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2020.

SILVA, A. M. D. **Educação social e escolar, além da luta pela terra**: o quilombo do Sítio Velho, Piauí. 2017. 273 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal Do Piauí, 2017. Disponível em: https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/19_Tese_Ariosto_Moura120190708103533.pdf. Acesso em: 01 jul. de 2020.

SOUZA, R. T. M.; CATANI, A. M. Educação escolar e educação social: uma interação a favor da cidadania. **Revista Trama Interdisciplinar**, São Paulo, v. 7, n. 3, 2016. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tint/article/view/9388>. Acesso em: 13 maio 2020.

TAVARES, A. M. B. DO N. Pedagogia social e juventude em exclusão: compreensões necessárias à formação de professores. **HOLOS**, v. 4, p. 18-32, 2015. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/3220>. Acesso em: 25 mar. 2020.

UIJIE, N. T.; NATALI, P. M.; MACHADO, É. R. Contextos da formação do educador social no Brasil. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 2, n. 12, p. 117-124, maio/ago. 2009. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/4937#:~:text=Neste%20artigo%2C%20elaboramos%20alguns%20apontamentos,nas%20Institui%C3%A7%C3%B5es%20de%20Contraturno%20Social>. Acesso em: 25 mar. 2020.

VOLTOLINI, R. Interpelações éticas à educação inclusiva. **Educ. Real**, Porto Alegre, v. 44, n. 1, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362019000100204&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 30 jun. 2020.

Como referenciar este artigo

PEREIRA MANO, M. M.; SOUZA RIZZO, D. T. A Educação Social e a Formação de professores em pesquisas: definições, indefinições e perspectivas. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. esp. 1, p. 999-1013, mar. 2021. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v16iEsp.1.13885>

Submissão em: 20/06/2020

Revisões requeridas em: 16/09/2020

Aceito em: 03/11/2020

Publicado em: 01/03/2021